

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.267 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2001



Maguito sugere a formação de grupo de trabalho para apressar a reforma

Maguito Vilela pede pressa na reforma política

PÁGINA 7



Ricardo Santos diz que é preciso ter disposição para privilegiar a questão social

Ricardo Santos sugere formas de distribuir renda

PÁGINA 7



Sebastião Rocha anunciou que apresentará dois projetos sobre engenharia genética

Rocha propõe a proibição de clonagem humana

PÁGINA 5

Senado aprova e encaminha a FHC moção contra antecipação da Alca

Iniciativa de Simon, acolhida pelos demais senadores, apóia a posição diplomática brasileira em defesa do Mercosul na véspera do encontro do presidente com George W. Bush

O Senado aprovou ontem moção contrária à antecipação da vigência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para 2005. A moção, dirigida ao presidente Fernando Henrique Cardoso, apóia a posição diplomática brasileira de defesa do Mercosul. A iniciativa foi do senador Pedro Simon, que apresentou o requerimento por considerar oportuno que o Senado referende a postura oficial do governo quanto à Alca, na véspera do encontro de Fernando Henrique com o presidente norte-americano George W. Bush.

PÁGINA 3

Sindicalistas punidos desde 1994 podem ser anistiados

PÁGINA 3

Relator aponta ligações de empresa com dirigentes do Vasco da Gama

A revelação é do relator da CPI do Futebol: o filho do vice-presidente de Finanças e o genro do diretor de Futebol Amador do Vasco são sócio numa empresa que tem direito sobre 20% do que recebem jogadores juvenis e juniores.

Althoff e Álvaro questionam o vice-presidente de Finanças do Vasco, Mário Cupello (D)



PÁGINA 2



Brindeiro manda fita para perícia oficial e promete cópia do laudo ao Conselho de Ética

Ramez Tebet e Geraldo Brindeiro trocaram informações sobre o que foi apurado até o momento

Cópia do laudo oficial sobre a fita da conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães e procuradores será enviada ao Conselho de Ética do Senado. A promessa foi feita por Geraldo Brindeiro ao senador Ramez Tebet.

PÁGINA 4



Comissão analisa disputa entre Brasil e Canadá

PÁGINA 3

Empresa tem ligações com dirigentes do Vasco

Revelação de Althoff de que filho do vice-presidente e genro do diretor de futebol amador do clube são sócios em firma que presta serviços a jogadores juvenis e juniores pega depoente de surpresa

O filho do vice-presidente de Finanças do Vasco da Gama e o genro do diretor de Futebol Amador do clube são sócios em uma empresa que tem os direitos sobre 20% do que recebem e vão receber futuramente todos os jogadores juvenis (até 18 anos) e juniores (até 21), além dos profissionais Helton (goleiro com várias convocações para a Seleção Brasileira) e Maricá. A revelação foi feita pelo relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), e não pôde ser negada pelo depoente, o próprio vice-presidente Mário Cupello.

A denúncia do relator pegou de surpresa Mário Cupello, que alegou não ter conhecimento da maioria das perguntas sobre as funções estatutárias da vice-presidência de Finanças. "O que a empresa do meu filho faz é apenas representar os jogadores em renovações de contrato, compras de imóveis e outros negócios", disse Cupello, depois de tentar negar que o filho fosse dono da Latosports. O outro sócio da empresa é Arylino Figueiredo Filho, genro do diretor de Futebol Amador, Darcy Peixoto.

"Não sei, não tomei conhecimento" e "eu me esqueci" foram as duas frases com que Mário Cupello respondeu às dezenas de perguntas do

senador Geraldo Althoff, praticamente todas relacionadas ao cargo que ocupa. Ele disse, por exemplo, que "não tomou conhecimento" do cheque de US\$ 110 mil que o Vasco recebeu da Confederação Sul-Americana de Futebol, em 1998, alegadamente para custear despesas do clube na viagem a Tóquio, para jogar contra o Real Madrid a final da Copa Toyota.

O cheque foi endossado pelo então vice-presidente de Futebol do clube, Eurico Miranda, e passado adiante, até ser depositado em Nova York, em uma conta com nome fantasia de *Diamond*. O cheque não passou pela contabilidade do clube e, pelo estatuto, o vice-presidente não tinha poderes para fazer o que fez. Cupello disse que não sabia também dos gastos de alguns milhões de dólares em importações feitas pelo Vasco, nem de R\$ 2 milhões depositados pela empresa Vasco Licenciamentos na conta de um funcionário do clube chamado Aremithas de Lima.



Del Grande (no detalhe) acusa diretoria do Palmeiras de não prestar contas. Ao alto, Althoff e Álvaro Dias ouvem Mário Cupello (D), do Vasco da Gama



Álvaro diz que estatutos e cargos nos clubes são farsa

Os estatutos e normas internas dos principais clubes de futebol profissional do Brasil são verdadeiras farsas e os cargos ocupados por alguns diretores são fictícios, afirmou o presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), depois de ouvir o depoimento do vice-presidente financeiro do Vasco da Gama, Mário Cupello. Segundo o senador, movimentações financeiras em moeda estrangeira, aplicações em paraísos fiscais e transações feitas no exterior ocorrem sem o conhecimento dos diretores, que, pelos estatutos, seriam os responsáveis pela contabilidade.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), também estarrecido com o depoimento do vice-presidente financeiro do Vasco da Gama, se disse convencido de que Cupello estava no cargo, mas não era de fato o vice-presidente financeiro do

clube. Entre outras fraudes, Cupello confessou que o Vasco da Gama não deposita mensalmente o Fundo de Garantia dos jogadores profissionais: "Isso é uma praxe em todos os clubes do Brasil", afirmou o depoente.

Cupello garantiu que o Vasco da Gama não mantém nenhuma conta bancária no exterior, apesar do depósito efetuado pela empresa Vasco Licenciamentos, por ordem do então vice-presidente de Futebol, de US\$ 2 milhões, em uma conta numerada em um paraíso fiscal do Caribe. A CPI tomou também o depoimento do líder da oposição na Sociedade Esportiva Palmeiras, Seraphim Del Grande. Ele denunciou que a diretoria do clube tomou o poder há oito anos e, desde então, não presta contas de nada ao Conselho Deliberativo, em desrespeito ao estatuto do clube.

Valmir pede rápida tramitação para projeto que cria ouvidoria

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu apoio para que projeto de sua autoria autorizando o presidente da República a criar a Ouvidoria Geral da República tenha rápido andamento no Senado. Ele observou que a proposta, apresentada em dezembro do ano passado, tem como objetivo defender direitos e interesses individuais e coletivos contra atos ilegais ou injustos e comissões cometidas por órgãos da administração pública federal.

"Além de contribuir para a modernização e a moralização da administração pública, essa ouvidoria estabelece canais e procedimentos simples para o pronto encaminhamento e solução de demandas e reivindicações da sociedade, sem o formalismo exigido nos procedimentos judiciais", afirmou Valmir Amaral.

O senador explicou que, se sua proposta for aprovada, o ouvidor da República contribuirá para a melhoria da administração pública dando transparência às ações governamentais. Ele acrescentou que o ouvidor resgatará e fortalecerá os valores ligados à cidadania, abrindo um canal de comunicação entre o cidadão comum e o poder público.

Valmir Amaral contabilizou que atualmente existem cerca de 320 *ombudsmen* em 90 países, com ação nacional, regional ou local.



Valmir prevê administração moralizada

CPI do Futebol solicita movimentação financeira da CBF e de federações

A CPI do Futebol aprovou requerimento solicitando documentos que comprovem as operações financeiras, contábeis, fiscais e patrimoniais da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e das federações de futebol do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília entre 1995 e 2000. Também foi requerida uma cópia do contrato entre a Federação Paulista de Futebol e o Banco VR, que comprou os direi-

tos sobre o Campeonato Paulista por R\$ 41 milhões.

Presidente da CPI do Futebol, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) informou que a comissão vai requerer todos os documentos e informações referentes à compra do jogador iugoslavo Petkovic pelo Flamengo ao Venezia, da Itália. Oficialmente, o Flamengo pagou US\$ 6,5 milhões por Petkovic, mas chegaram aos cofres do Venezia apenas US\$ 4,5 milhões.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado envia a FHC moção contra antecipação da Alca

Por iniciativa do senador Pedro Simon, Plenário aprova manifestação de apoio à posição diplomática brasileira de defesa do Mercosul e contrária à vigência da Área de Livre Comércio das Américas antes de 2005

O Senado decidiu ontem encaminhar ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, moção de apoio à posição diplomática brasileira de defesa do Mercosul e contrária à antecipação da vigência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para 2005.

A iniciativa foi do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou o requerimento por considerar oportuno que o Senado referendasse a posição oficial do governo quanto à Alca, na véspera do encontro de Fernando Henrique com o presidente norte-americano, George W. Bush.

— Um dos assuntos do encontro será a Alca, e Bush, talvez em troca de alguma promessa, pode querer a antecipação da abertura de fronteiras das Américas — disse o senador, lembrando que a medida será proposta em reunião marcada para o próximo mês, no Canadá.

Para Simon, a defesa do Mercosul está sendo feita principalmente

pelo Brasil, dado que “o Chile já se entregou” e a Argentina está em situação tão dramática que o governo brasileiro, ao receber Domingo Cavallo na semana passada, “estendeu as mãos mesmo com prejuízo para as exportações brasileiras”.

Também em apoio à moção, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que a política externa do governo brasileiro em relação à Alca e ao Mercosul tem sido conduzida com competência, tanto que a diplomacia brasileira tem, paralelamente, acelerado as negociações com a União Européia.

Na opinião do senador, a Alca só tem sentido e existência com a participação do Brasil e, para sua implantação, há uma agenda de problemas a serem resolvidos que dificilmente permitirá a antecipação. Se tais problemas, relacionados a divergências no relacionamento multilateral, forem superados, Ge-

raldo Melo acredita que a Alca até pode ser antecipada. “A abertura de fronteiras deve ser encarada sem complexos de inferioridade”, disse, destacando que a economia brasileira tem segmentos que hoje são mais eficientes e tecnologicamente avançados do que seus correspondentes norte-americanos. A indústria do aço seria um desses segmentos, a seu ver.

Já para o senador Lauro Campos (PT-DF), comparativamente ao tempo de negociação que durou a consolidação da União Européia, as tratativas para a consolidação do Mercosul e da Alca estão atrasadas. O objetivo da Alca, na sua opinião, é assegurar a ampliação de mercado imposta pela atual crise da economia norte-americana. Quanto à moção sugerida por Simon, Lauro Campos concordou que ela poderia “dar força a Fernando Henrique Cardoso, que tem uma tendência para se ajoelhar”.



Plenário decidiu aprovar moção na véspera do encontro de Fernando Henrique com o presidente norte-americano, George W. Bush

Plenário aprova anistia a petroleiros punidos desde 1994

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que concede anistia aos dirigentes ou representantes sindicais e aos petroleiros que tenham sido punidos ou demitidos pela participação em movimentos reivindicatórios a partir de 1º de setembro de 1994. Nos casos de suspensão disciplinar, a proposta assegura o pagamento dos salários. Quanto aos demitidos, a anistia inclui a reintegração ao emprego com todos os direitos. A matéria agora deverá ser examinada pela Câmara.

De autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto foi apresentado em 1995, após conflito motivado pelo descumprimento de acordo patrocinado pelo então presidente Itamar Franco e assinado por seu ministro de Minas e Energia, Delcídio do Amaral Gomez, e pelos trabalhadores da Petrobras, representados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP). Greve posterior ao rompimento do acordo, por sua vez, foi declarada abusiva e ilegal pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e possibilitou sucessivas demissões de petroleiros que se

envolveram no movimento.

Em 1995, conforme relatou Dutra, a anistia foi proposta na Câmara, por meio de projeto do deputado Luciano Zica (PT-SP), e no Senado, mediante o projeto hoje aprovado. A proposta da Câmara foi referendada pelos senadores, mas vetada pelo presidente da República.

— Agora o projeto está maduro — defendeu Dutra, que obteve parecer favorável do senador Roberto Requião (PMDB-PR), relator da matéria na CCJ e autor do substitutivo referendado pelo Plenário.

PREVIDÊNCIA

Projeto que concede 13º salário aos pensionistas do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), já extinto, teve sua apreciação adiada para 15 de maio. José Eduardo Dutra antecipou que defenderá a rejeição da proposta, por entendê-la injustificável dos pontos de vista lógico, ético e econômico. Roberto Requião, que pediu o adiamento, considerou que as aposentadorias pagas pelo IPC já são extraordinariamente superiores às dos trabalhadores.

CPI investigará demarcação de terras indígenas na fronteira

O Senado criou ontem a terceira comissão parlamentar de inquérito em três dias. Foi encaminhado à Mesa requerimento, encabeçado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e assinado por mais 27 senadores, visando à criação de CPI para investigar as demarcações de terras indígenas, especificamente na faixa de fronteira do país.

Na terça-feira, haviam sido criadas as CPIs da Biopirataria e do Sistema Penitenciário. Com a CPI

das Organizações Não-Governamentais, instalada na semana passada, e a do Futebol, atuando desde o ano passado, o Senado poderá ter funcionando simultaneamente cinco comissões parlamentares de inquérito.

O requerimento de criação da CPI das Demarcações cita como fato objeto das investigações a regulamentação das áreas ianomâmi no Amazonas e em Roraima e a delimitação para futura demarca-



Mozarildo Cavalcanti afirma que áreas indígenas chegam a 57% do território de Roraima

ção da área Raposa-Serra do Sol, também em Roraima. De acordo com Mozarildo, as áreas indígenas chegam a 57% do território de Roraima, 21% do Amazonas, 20% do Pará e 30% de Mato Grosso.

Instalada comissão temporária Brasil-Canadá

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Amir Lando (PMDB-RO) foram eleitos ontem, respectivamente, presidente e vice-presidente da comissão temporária encarregada de acompanhar as relações bilaterais, particularmente no âmbito comercial, entre o Brasil e o Canadá. Instalada a comissão, Freire designou o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) relator dos levantamentos, debates e recomendações a serem feitos sobre as relações e contendas entre os dois países.

A comissão foi criada em razão de requerimento apresentado por Freire no dia 13 de dezembro passado, no momento em que a Organi-

zação Internacional do Comércio (OMC), conforme disse o senador, autorizava o Canadá a retaliar comercialmente o Brasil em US\$ 1,3 bilhão. No entender dos dirigentes da OMC, o Brasil havia concedido subsídios indevidos à produção de aviões da Embraer, que vinha vencendo disputas de mercado com a empresa canadense Bombardier.

Segundo Freire, no final de janeiro viria a primeira retaliação do Canadá — a imposição de boicote à importação de carne bovina brasileira, sob a alegação de que o gado exportado pelo Brasil poderia estar contaminado pela doença da vaca louca. A barreira levantada pelo

Canadá, com o apoio dos Estados Unidos, provocou uma crise e gerou uma reação enérgica por parte do Brasil. O Senado, especialmente, mobilizou-se contra o boicote e deu resposta política à ação canadense.

O programa de trabalho da comissão incluirá o levantamento das relações de troca — balança comercial, por exemplo — entre os dois países e questões como os casos Bombardier e da vaca louca. Depois de analisar esse material, a comissão poderá sugerir ao Senado a ratificação ou não de acordos bilaterais, fortalecendo o Estado brasileiro na implementação da política bilateral.

Renovadas as concessões de nove emissoras de rádio

Nove atos que renovam concessões e outorgas para a exploração de serviços de radiodifusão foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado.

As emissoras de rádio que poderão continuar em funcionamento são as seguintes: Rádio Guairacá de Guarapuava (PR); Rádio Difusora Cristal, de Quixeramobim (CE); rá-

dio da Fundação Cásper Líbero (SP); Sistema Jornal de Rádio, em Piracicaba (SP); Rádio Itaporanga (SP); Rádio Cultura Municipal de Amparo (SP); Rádio Serra da Boa Esperança, em Boa Esperança (MG); rádio da Fundação Nossa Senhora da Abadia, em Uberlândia (MG); e Rádio Emboabas, em São João Del Rey (MG).

Brindeiro comunica a Tebet que mandou fita para perícia

Procurador-geral da República reúne-se com o presidente do Conselho de Ética do Senado para trocar informações sobre o andamento da apuração das denúncias decorrentes do encontro do senador Antonio Carlos Magalhães com procuradores

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, informou ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ter encaminhado a fita que contém a gravação da conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e três procuradores da República à Polícia Federal para perícia. Brindeiro reuniu-se com Tebet ontem para trocar informações sobre o andamento da apuração das denúncias decorrentes do encontro de ACM com os procuradores.

Geraldo Brindeiro explicou que, apesar de já ter sido realizada uma

perícia na fita (efetuada pelo fonetista Ricardo Molina), tal trabalho não pode ser considerado oficial. "Nós precisamos conferir a autenticidade e o conteúdo dessa fita, mesmo porque antes de ser entregue a mim ela passou pela revista *IstoÉ*", afirmou o procurador.

O procurador-geral acrescentou que o resultado da perícia será anexado ao inquérito administrativo que tramita na Corregedoria do Ministério Público contra o procurador Luiz Francisco de Souza e também encaminhado ao Conselho de Ética e ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP).

Por sua vez, Tebet comunicou que também mandará periciar a fita que está de posse do Conselho, fita que, em sua opinião, é uma cópia. Ele comprometeu-se, ainda, a encaminhar ao procurador o laudo definitivo que está sendo elaborado pelos professores da Unicamp sobre a possibilidade de fraude no painel eletrônico do Senado.

O presidente do Conselho disse ainda que pretende acertar com o senador Antonio Carlos a data em que este prestará seu depoimento, mas observou que essa data não será anterior à entrega do laudo pela Unicamp.



Tebet com Brindeiro: fita será submetida a perícia em caráter oficial



Para Antonio Carlos Magalhães está provada a inexistência de fraude no painel eletrônico

ACM diz que só pretende prestar depoimento por escrito

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem, no mesmo momento em que ocorria a reunião entre o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet, que não preten-

de prestar depoimento ao Conselho, a não ser por escrito e se solicitado.

Para o senador, os dados levantados por aquele colegiado e pelas comissões internas do Senado até o momento são suficientes para provar que não houve fraude no painel duran-

te o período em que ele exerceu a Presidência da Casa.

— Existem provas cabais de que não cometi nenhuma fraude e que nunca falei dispor de lista dos votos dos senadores. Agora, achar que alguém votou neste ou naquele é um direito que tenho, pois estamos em uma democracia.

Antonio Carlos Magalhães aproveitou para anunciar que mais alguns deputados lhe asseguraram que vão assinar, ainda esta semana, o requerimento para criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar irregularidades na administração pública.

Dutra aponta "operação abafa" do governo para barrar CPI

O líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), denunciou ontem uma "operação abafa" do governo Fernando Henrique Cardoso e de sua base de sustentação no Congresso para impedir a instalação da CPI destinada a investigar corrupção. "Vamos continuar lutando, faltam apenas duas assinaturas no Senado e vamos consegui-las", disse.

Dutra conclamou os governistas a serem sinceros, admitindo que têm medo da CPI, que não a desejam porque não querem que se apurem denúncias e certos segredos, preferindo que as investigações sejam feitas pelo Ministério Público, que não dispõe dos instrumentos de coerção de uma CPI — a pressão popular e da imprensa.

Segundo Dutra, o presidente Fernando Henrique tem pavor à CPI — "um caso típico de criatura que tem horror ao criador". Afinal, lembrou, foi a CPI de PC Farias que afastou Fernando Collor da Presidência, abrindo caminho para o presidente Itamar Franco e para a vitória da candidatura de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique. "Se tem tanto pavor é porque teme que os resultados da CPI possam comprometer seu governo", afirmou.

O senador denunciou a manobra dos parti-



Dutra considera "ridículos" os argumentos usados contra a CPI da Corrupção

dos governistas de pedirem a instalação de várias CPIs — biopirataria, sistema penitenciário e demarcação de terras indígenas — na tentativa de criar uma fila à frente da iniciativa oposicionista.

— Não leram o regimento da Casa, que admite o funcionamento concomitante de qualquer número de CPIs — comentou.

Dutra considerou "ridículos" os argumentos usados para desqualificar a CPI da Corrupção.

— Disseram que a CPI é política; ora, ser política é da essência dessas comissões. Disseram não haver um fato determinado, mas vários sem conexão entre si, alguns já sob investigação. Fomos ao Supremo Tribunal Federal e sua doutrina é clara em várias decisões: fatos podem ser vários e não há impedimento de examinar denúncias já sendo apuradas — afirmou.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou a existência de "uma operação gigantesca de negociação de cargos e liberação de verbas distribuídas pelo governo para paralisar a CPI". Também em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou sua confiança de que a CPI vai acabar sendo instalada, uma vez que "comprar todo mundo, ao mesmo tempo, se mostrará impossível".

Investigações serão boas para o país, afirma Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a defender ontem a instalação da CPI da Corrupção. Ele conclamou a opinião pública a pressionar o Congresso Nacional e os senadores do PMDB para que assinem o requerimento da CPI. O senador — um dos primeiros a assinar o documento — afirmou que somente a instalação da CPI poderá esclarecer as inúmeras suspeitas de corrupção que pesam sobre o governo e desgastam as instituições. "O país pede esclarecimentos", disse Requião, considerando que as investigações serão boas para o país, para o Senado, para o governo e até para as pessoas acusadas, que poderão se defender.

— Qualquer governo sério instruiria sua base, diante de tantas acusações, a apoiar a CPI. O pesado medo do presidente da República soa como culpa confessada — declarou Requião, estranhando o empenho de Fernando Henrique Cardoso em impedir o funcionamento da CPI.

Requião disse ainda que vários senadores de seu partido estão sendo pressionados por suas bases a apoiar a CPI, e que a reunião da bancada, ocorrida quarta-feira, teve a finalidade de diminuir o constrangimento desses parlamentares. Segundo o senador, ao negar apoio



Roberto Requião estranha o empenho de FHC contra a comissão

à CPI, a bancada dá argumento para que seus integrantes resistam à pressão das bases. Ele frisou, porém, que não há qualquer documento do partido impedindo a adesão de seus senadores à CPI da Corrupção.

De acordo com Requião, o senador Jader Barbalho apresentou à bancada um documento assinado pelo ex-presidente do Banco Central Francisco Gross que o incenteraria de operações fraudulentas no Banco do Estado do Pará. O documento, porém, não foi endossado pelo BC. "Então, afinal, há ou não envolvimento de Jader?", indagou Requião, para quem o BC poderia estar chantageando o presidente do Senado. Portanto um broche de trombone na lapela — que, salientou, não é o do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) —, Requião afirmou que só a CPI pode esclarecer todas essas questões.

O senador defendeu também a aprovação de projeto de sua autoria que modifica o sistema de votação eletrônica no país. O projeto, atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina que a urna eletrônica possa fornecer um comprovante impresso de cada voto, no intuito de evitar eventuais manipulações e fraudes no sistema.

Sebastião Rocha quer proibir clonagem humana

Em dois projetos apresentados para regulamentar o uso das tecnologias de engenharia genética, senador propõe ainda que seja assegurado o sigilo do código genético dos cidadãos. Segundo ele, é preciso “estabelecer critérios bioéticos”



Jonas: usina de Angra II foi decisiva para garantir o abastecimento do Sudeste

Jonas Pinheiro apóia conclusão da usina nuclear de Angra III

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu o fortalecimento do programa nuclear brasileiro por entender que, ao contrário do que sugerem “teses alarmistas”, a energia nuclear traz até benefícios ao meio ambiente, pois sua geração, sem emissão de poluentes, evita que milhões de toneladas de gases causadores de aquecimento global sejam emitidos e espalhados pela atmosfera.

Jonas disse que a usina nuclear Angra II produziu, em 2000, cerca de 2,4 milhões de megawatts/hora (MW) e, nos três primeiros meses de 2001, já produziu mais de 2 milhões de MW, energia equivalente ao consumo anual médio de 2,4 milhões de brasileiros. “A usina contribuiu, decisivamente, para estabilizar o sistema elétrico da região Sudeste, durante o verão”, afirmou.

Por esses motivos, Jonas Pinheiro conclamou o governo e o Congresso a trabalharem em conjunto no sentido de prosseguir os estudos para viabilizar Angra III, cuja construção está incluída no Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

Na avaliação do senador, a construção dessa terceira usina nuclear no Brasil “é essencial para que se feche, de forma economicamente auto-sustentável, o ciclo de combustível nuclear no país, propiciando economia de divisas e consolidando o sistema elétrico brasileiro”.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem em Plenário que apresentará dois projetos de lei para regulamentar o uso das novas tecnologias de engenharia genética. Os projetos proíbem a clonagem humana e o uso indevido de informações genéticas, impedindo discriminação com base nessas informações.

Para o senador, não demorará para que a ciência proporcione a clonagem de seres humanos, e é necessário seguir o exemplo de outras nações e proibir essa prática.



Rocha argumentou que vários países já proibiram a clonagem de seres humanos

Para ele, no entanto, a proibição não deve abranger as pesquisas voltadas à reprodução de órgãos humanos para fins de transplante.

Rocha quer que o Congresso impeça o livre acesso ao código genético dos cidadãos, antes que isto se torne corriqueiro. Ele defendeu o chamado “sigilo genético”, que protegeria os cidadãos a exemplo dos sigilos bancário e fiscal. O senador pretende, desde já, impedir o uso de informações genéticas como critério para a escolha de empregos e para a ade-

são em planos de saúde. – O Legislativo precisa acompanhar os avanços tecnológicos e estabelecer critérios bioéticos – disse.

ARQUIVOS ELETRÔNICOS

Rocha lembrou também que há um projeto de sua autoria, atualmente tramitando na Câmara, que permite o uso de arquivos eletrônicos por entes públicos e privados. Segundo Sebastião Rocha, a nova legislação dará valor jurídico e probatório a esses arquivos. O senador apelou ao ministro Pedro Parente, da Casa Civil, que enviou à Câmara projeto semelhante ao seu, para que aproveite o texto de seu projeto de lei, que já foi aprovado no Senado e em duas comissões na Câmara.



Cândido espera que o ministro José Gregori informe os resultados do inquérito da Polícia Federal

Cândido solicita inquérito sobre compras da Petrobras

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu ao ministro da Justiça, José Gregori, informações sobre o inquérito conduzido pela Polícia Federal sobre as denúncias de corrupção nas compras feitas pela Petrobras junto à Marítima. A empresa, entre outras plataformas, vendeu a P-36 à companhia em 1998. A plataforma P-36 afundou no dia 15 de março com os corpos de nove dos 11 operários mortos em explosão ocorrida dias antes.

– O recente acidente na Bacia de Campos não pode ser considerado caso fortuito. Indícios de corrupção na Petrobras foram alvo de investigação pelo Ministério Público Federal em 1999. Naquela época, a Marítima já era objeto de denúncias – argumentou o senador, que quer ter acesso ao conteúdo dos interrogatórios e aos autos das investigações concluídas.

No requerimento, Geraldo Cândido esclarece que, até 1994, o patrimônio da Marítima era inferior a US\$ 1 milhão, valor mais de mil vezes menor que o custo das encomendas contratadas pela Petrobras. “Além disso, a empresa não possuía qualquer experiência anterior relativa à construção de plataforma”, disse o senador.

A falta de qualificação técnica e financeira da empresa responsável pela construção da plataforma provocou a abertura de inquérito civil pelo MP, cujos resultados não foram divulgados.

– Diante de sua função institucional, é fundamental que esta Casa tome conhecimento dos reais acontecimentos e dos resultados das investigações da Polícia Federal – enfatizou o senador.

Ademir Andrade identifica erros em recentes decisões do Poder Judiciário

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) expressou indignação, em seu nome e em nome do seu partido, com a recente decisão do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), de liberar, mediante a concessão de medida liminar, o jornalista Pimenta Neves – assassino confesso da namorada, que se encontrava preso em São Paulo.

O parlamentar disse não entender a decisão do ministro, pois Pimenta “executou friamente a mulher pelas costas, e ainda deu um tiro de misericórdia na cabeça, quando ela já se encontrava caída e indefesa”.

Ademir criticou também a decisão da Justiça do Distrito Federal de condenar à prisão o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, por suposta propaganda eleitoral irregular.

Segundo o senador, Cristovam “é um dos homens mais sérios e dignos do país e está sendo perseguido pela Justiça do DF”.

O parlamentar referiu-se ainda ao que considera outro erro do Judiciário brasileiro: o próximo julgamento dos soldados que participaram do massacre de Eldorado dos Carajás no seu estado, em que trabalhadores sem-terra foram assassinados pela polícia ao obstruírem uma estrada.

Ademir disse que, enquanto os militares são julgados, os verdadeiros culpados – o governador Almir



Ademir criticou a liberação de Pimenta Neves, assassino confesso da namorada

Gabriel e o comandante do destacamento, que deram a ordem para desocupar o trecho a qualquer custo – já foram inocentados e estão fora do julgamento.

Ele anunciou ter pedido à sua assessoria que estude um meio para modificar a legislação penal em vigor. E acrescentou que, em breve, deve apresentar projeto “para mudar essas leis que permitem que fiquem em liberdade criminosos do colarinho branco, tais como os ex-donos dos bancos Econômico, do Nacional e do Bamerindus, além de assassinos frios como Pimenta Neves”.

ACM pede informações sobre projeto financiado pela Sudam em Mato Grosso

O empreendimento Rondistur Hotéis e Turismo é objeto de pedido de informações do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. O senador quer conhecer detalhes do financiamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ao projeto de

hoteleria, sediado no município de Rondonópolis (MT).

O requerimento tem 10 itens, envolvendo questões como os nomes dos sócios do empreendimento e dos responsáveis pela elaboração do projeto ou os prazos de conclusão e os custos das obras. Antonio Carlos quer saber ainda qual a participação do fi-

nanciamento concedido pela Sudam no investimento e se a empresa responsável ofereceu garantia ao empréstimo. Por último, o senador pergunta se o empreendimento é citado no relatório recém-concluído pelo Ministério da Integração Nacional, a respeito de irregularidades em projetos aprovados pela Sudam.

TV Senado reapresenta hoje audiência sobre acidente da P-36

Logo após a sessão plenária, a ser transmitida na manhã de hoje, a TV Senado exhibe a audiência pública realizada para esclarecer a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras. Os convidados são o presidente da empresa, Henri Philippe Reichstul; o diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn; o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira; e o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Maurício França Rubem.

Também hoje, o programa *Cidadania* discute o tema trabalho e emprego no Brasil, a ser transmitido às 19h30. Convidados do programa, o senador Tasso Rosado (PMDB-RN) e a consultora organizacional Maria José Bretas falam sobre a capacitação do trabalhador brasileiro para o novo mercado globalizado e sobre a legislação trabalhista no país.

Às 6h30, o programa *Cidadania* discute os limites éticos da genéti-



Henri Philippe Reichstul, presidente da Petrobras, falou terça-feira ao Plenário sobre a política da empresa para prevenção de acidentes

ca. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o professor Marcelo Valle de Sousa, do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília, defendem a proteção do que eles chamam de sigilo genético. Os dois propõem a elaboração de leis que impeçam, por exemplo, a exigência da identidade genética por instituições de seguro de vida.

Ainda hoje, o programa *Debate* recebe o senador Pedro Simon

(PMDB-RS) e o cientista político Paulo Kramer. A partir de 1h, eles discutem quais são as maiores dificuldades para a aprovação das reformas políticas pelo Legislativo.

Ramilonga é o espetáculo do cantor e compositor Vitor Ramil que o programa *Teatro Arthur Azevedo* exhibe sábado e domingo, às 21h30. O show, baseado no quinto CD de Ramil, é todo dedicado à milonga, ritmo tradicional gaúcho.

Especial sobre Joaquim Nabuco pode ser visto no fim de semana

Joaquim Nabuco – Um vencido da grande causa é o especial que a Fundação Joaquim Nabuco produziu em homenagem ao patrono da entidade. O especial, cedido à TV Senado, relata a história do abolicionista que lutou não só pela libertação do negro escravo, mas também por uma reforma social e agrária que o integrasse à sociedade. O especial será exibido sábado e domingo às 9h e 19h.

No programa *Quem tem medo da música clássica?* deste fim de semana, será reapresentado o *Concerto para Violino e Orquestra em Ré Maior*, de Tchaikovsky, o preferido do telespectador segundo enquête promovida pelo *site* na Internet (www.senado.gov.br/tv) da TV Senado. O telespectador escolheu rever essa obra de Tchaikovsky, executada pela Orquestra Sinfônica da Rádio da Baviera, sob a regência do maestro Lorin Maazel, tendo Frank-Peter Zimmermann como solista. O programa vai ao ar sábado, às 10h e 18h, e domingo às 10h, 18h e meia-noite.

O sanfoneiro, arranjador e com-

positor Sivuca é a atração do programa *Espaço Cultural*. Aos 70 anos de idade e mais de 50 discos gravados, Sivuca apresenta nesse espetáculo, gravado no Clube do Choro em Brasília, composições do chamado pai do choro moderno, Ernesto Nazareth. O programa vai ao ar sábado e domingo às 14h30.

O programa *Agenda Econômica* debate neste fim de semana o turismo no Brasil. Os jornalistas Helival Rios e Beto Almeida conversam com o presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, sobre o crescimento do setor, hoje responsável por 4,5 milhões de empregos diretos. O *Agenda Econômica* vai ao ar sábado, às 6h30 e 13h30, domingo, às 19h30, e segunda-feira, às 6h30, 13h30 e 19h30.

As publicações científicas são o assunto do programa *De Coração* que a TV Senado exhibe sábado, às 9h30, e domingo, às 16h. O editor do Arquivo Brasileiro de Cardiologia, Alfredo Mansur, explica como são elaboradas as publicações científicas e o rigor técnico na elaboração dos artigos médicos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h-Cores do Brasil-Goiás Velho
6h30-Cidadania-O senador Sebastião Rocha e o professor da Universidade de Brasília, Marcelo Valle de Sousa, falam sobre os limites éticos da genética
7h30-Entrevista-O senador Agripino Maia fala sobre a reunião dos governadores do BID
8h-Jornal do Senado-As principais notícias do dia
8h30-Saúde/Unip-Diversidade e conservação da Amazônia - Parte 2
9h-Sessão Plenária (vivo)
Logo após-Sessão Plenária (reapresentação)
18h30-Quem Tem Medo da Música Clássica?-"Concerto para Violino e Orquestra em Ré maior", de Tchaikovsky
19h30-Cidadania-O senador Tasso Rosado e a consultora organizacional Maria José Bretas falam sobre trabalho e emprego no Brasil
20h30-Entrevista-O senador Agripino Maia fala sobre a reunião dos governadores do BID
21h-Jornal do Senado-As principais notícias do dia
21h30-Espaço Cultural-Ana Luíza
22h-Fala Cidadão-A conexão do Senado com a sociedade
22h30-Teatro Arthur Azevedo-Show Ramilonga
24h-Especial-Nações Indígenas: Krahô

SÁBADO

0h30-Ideias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
1h-Debate-O senador Pedro Simon e o cientista político Paulo Kramer falam sobre reforma política
2h-Saúde/Unip-Impotência - Parte 1
2h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
3h-Especial-Nações Indígenas: Karajá
3h30-Entrevista-O senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre o surto de epidemias
4h-Saúde/Unip-Impotência - Parte 1
4h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
5h-Canal Médico-Infecções respiratórias agudas
6h-Especial-Nações Indígenas: Xerente
6h30-Agenda Econômica-O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre o turismo
7h30-Entrevista-O senador Osmar Dias fala sobre os reflexos da crise na Argentina
8h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
8h30-Especial-Nações Indígenas: Apinayé
9h-Fundação Joaquim Nabuco-Joaquim Nabuco - Um vencido da grande causa
9h30-De Coração-Conhecendo as Publicações Científicas - Dr. Alfredo Mansur
10h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-"Concerto para Violino e Orquestra em Ré Maior", de Tchaikovsky
11h-Ideias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
11h30-Fala Cidadão-A conexão do Senado com a sociedade
12h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
12h30-Entrevista-O senador Bello Parga fala sobre a permanência da CPMF
13h-Especial-Nações Indígenas: Krahô
13h30-Agenda Econômica-O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre o turismo

14h30-Espaço Cultural-Sivuca
16h-Saúde/Unip-Impotência - Parte 1
16h30-Entrevista-O senador Nilo Teixeira fala sobre a política de transporte urbano
17h-Especial-Nações Indígenas: Karajá
17h30-Ideias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
18h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-"Concerto para Violino e Orquestra em Ré Maior", de Tchaikovsky
19h-Fundação Joaquim Nabuco-Joaquim Nabuco - Um vencido da grande causa
19h30-Cidadania-O senador Tasso Rosado e a consultora organizacional Maria José Bretas falam sobre trabalho e emprego no Brasil
20h30-Entrevista-O senador Agripino Maia fala sobre a reunião dos governadores do BID
21h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
21h30-Teatro Arthur Azevedo
23h-Fala Cidadão-O Senado e a sociedade na TV
23h30-Especial-Nações Indígenas: Xerente
24h-Canal Médico-Infecções respiratórias agudas

DOMINGO

1h-Debate-O senador José Fogaça e o cientista político Ricardo Caldas falam sobre o Brasil e o comércio internacional
2h-Saúde/Unip-Impotência - Parte 2
2h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
3h-Especial-Nações Indígenas: Apinayé
3h30-Entrevista-O senador Agripino Maia fala sobre a reunião dos governadores do BID
4h-Saúde/Unip-Impotência - Parte 2
4h30-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
5h-Ideias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
5h30-Especial-Nações Indígenas: Krahô
6h-Cores do Brasil-Espírito Santo

6h30-Canal Médico-Infecções respiratórias agudas
7h30-Entrevista-O senador Nilo Teixeira fala sobre a política de transporte urbano
8h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
8h30-Especial-Nações Indígenas: Karajá
9h-Fundação Joaquim Nabuco-Joaquim Nabuco - Um vencido da grande causa
9h30-Saúde/Unip-Impotência - Parte 2
10h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-"Concerto para Violino e Orquestra em Ré Maior", de Tchaikovsky
11h-Fala Cidadão-A conexão do Senado com a sociedade
11h30-Ideias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
12h30-Entrevista-O senador Osmar Dias fala sobre os reflexos da crise na Argentina
13h-Especial-Nações Indígenas: Xerente
13h30-Cidadania-O senador Tasso Rosado e a consultora organizacional Maria José Bretas falam sobre trabalho e emprego no Brasil
14h30-Espaço Cultural-Sivuca
16h-De Coração-Conhecendo as Publicações Científicas - Dr. Alfredo Mansur
16h30-Entrevista-O senador Bello Parga fala sobre a permanência da CPMF
17h-Especial-Nações Indígenas: Apinayé
17h30-Fala Cidadão-A conexão do Senado com a sociedade
18h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-"Concerto para Violino e Orquestra em Ré Maior", de Tchaikovsky
19h-Fundação Joaquim Nabuco-Joaquim Nabuco - Um vencido da grande causa

19h30-Agenda Econômica-O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre o turismo
20h30-Entrevista-O senador Mozerildo Cavalcanti fala sobre o surto de epidemias
21h-Jornal do Senado-O resumo das atividades do Senado
21h30-Teatro Arthur Azevedo
23h-Ideias-Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
23h30-Especial-Nações Indígenas: Krahô
24h-Quem Tem Medo da Música Clássica?-"Concerto para Violino e Orquestra em Ré Maior", de Tchaikovsky

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
9h - Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação
19h - A Voz do Brasil
Em seguida - Música e informação
20h30 - Senado em Linha Direta - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Maguito Vilela cobra rapidez na reforma política

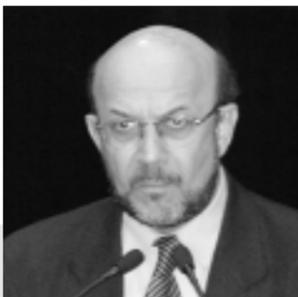
Para tornar mais rápida a apreciação das 220 propostas referentes ao assunto, que se encontram em tramitação na Câmara e no Senado, parlamentar sugere que seja instalado um grupo de trabalho no Congresso Nacional

Ricardo Santos faz propostas contra concentração de renda

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) propôs ontem uma série de medidas voltadas para combater a má distribuição de renda no país. Ele manifestou o entendimento de que “os programas com esse objetivo devem ter caráter abrangente e integrado, e que deve haver disposição oficial para privilegiar a questão social”. Entre outras sugestões, o senador apresentou a de mais investimentos em programas de qualificação profissional.

Para o senador, são necessárias uma maior ênfase no ensino profissional e a criação de bolsas-estágio para formar e profissionalizar jovens em situação de risco social. Ele propôs ainda a reformulação da política tributária, “com maior tributação da renda e do capital dos mais abastados, resguardando, ou mesmo reduzindo, a taxa sobre os assalariados”.

Também integram a relação de propostas apresentadas pelo senador a intensificação das ações ligadas à reforma agrária, a mudança dos critérios de enquadramento de estados e municípios nos programas integrados de combate à po-



Santos quer maior tributação dos ricos para que seja menor a taxa dos assalariados

breza e a utilização integral dos recursos de emendas ao Orçamento individuais e de bancada em programas que visam à redução da miséria.

— Numa comparação da renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, para cerca de 45 países de vários continentes, a razão entre essas duas médias para a maioria dos países é inferior a 10%. Já no Brasil, os 20% mais ricos ganham, em média, 32 vezes mais que os 20% mais pobres — destacou.

De acordo com o senador, mesmo o Plano Real, “que reconhecidamente apresentou efeitos importantes na redução da pobreza, não teve impactos significativos na redução da desigualdade de renda”.

Ricardo Santos reconheceu o que qualificou de esforço que o Congresso e o Executivo têm feito para reduzir as desigualdades. Ele destacou a criação do Fundo de Combate à Pobreza, os programas Bolsa-Escola, Saúde da Família e Bolsa de Alimentação, “além de outras ações relevantes para a inclusão social, consubstanciadas na agenda de governo para o biênio 2001-2002”.

Jucá pede fiscalização das condições da rodovia BR-174

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez ontem em Plenário um apelo ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, à nova diretoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que realizem “uma fiscalização emergencial” sobre as condições da rodovia BR-174, no trecho que passa no estado de Roraima.

Segundo o senador, a rodovia encontra-se em péssimo estado,



Jucá apelou ao TCU, ao Ministério dos Transportes e ao DNER por “fiscalização emergencial”

devido aos buracos, apesar do dinheiro público investido via DNER. Jucá afirmou que a estrada está intransitável, trazendo grandes prejuízos para a economia e para a população do estado. Ele pediu punição para os responsáveis pela deterioração da BR-174 e pelo desvio dos recursos destinados à sua manutenção.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) propôs em Plenário a criação de um grupo de trabalho para acelerar a tramitação dos projetos relativos à reforma político-partidária. Segundo informou, há cerca de 60 propostas ligadas ao tema tramitando no Senado, enquanto 160 aguardam votação na Câmara. “A reforma política é um tema sério, que precisa ser tratado com urgência. O Congresso Nacional tem a obrigação de dar o exemplo”, afirmou.

Ao criticar a lentidão na análise da reforma política, Maguito citou como exemplo proposta de sua autoria, referente à redução do mandato dos senadores, que tramita há dois anos e ainda não foi votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Sem “deixar-se inibir pela falta de celeridade no processo”, disse o senador goiano, ele resolveu apresentar outro projeto, dispondo sobre o uso de áreas públicas cobertas para a realização de comícios.

“É um absurdo que os eleitores sejam obrigados a tomar sol ou chuva nos comícios ao ar livre porque a lei proíbe o uso de espaços públicos cobertos para esse fim”,



Maguito: “A reforma política é um tema sério, que precisa ser tratado com urgência”

protestou. Maguito assinalou outros pontos da reforma político-partidária que considera importantes: o voto facultativo, a instituição do sistema eleitoral misto, o financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária e a manutenção do segundo turno apenas nas eleições presidenciais.

Entre as prioridades levantadas, o senador peemedebista conferiu destaque especial ao custeio das campanhas eleitorais com verbas públicas, por entender que a maioria das denúncias de corrupção na política está ligada ao financiamento das campanhas. “A falta de transparência e as brechas na legislação fazem o atual processo mais caro

para o povo do que se fosse diretamente financiado pelo governo. O financiamento público é um processo mais justo e igual”, sustentou.

Maguito também cobrou regras mais rígidas para a criação de partidos e o seu fortalecimento pela instituição da fidelidade partidária. Ele considera que algumas legendas estão a serviço do comércio eleitoral. “A troca de partido por parlamentares eleitos destrói a alma do sistema proporcional, já que esse parlamentar leva consigo a cadeira conferida ao partido pelo qual foi eleito”, observou, lembrando que o sentido da eleição proporcional é conferir votos aos partidos, e não aos candidatos.

O senador defendeu ainda mudanças no instrumento da imunidade parlamentar, que, no seu ponto de vista, não tem servido para preservar a liberdade de opinião do legislador, mas para encobrir a prática de crimes comuns. Ele também levantou a bandeira do voto facultativo, o que levaria o cidadão a dirigir-se a uma seção eleitoral consciente da necessidade do voto, e não constrangido por imposições legais.

Senadores defendem mudanças legais

A retomada da discussão sobre a reforma política, levantada por Maguito Vilela, contou com apertes favoráveis dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Alberto Silva (PMDB-PI) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Requião afirmou temer que o uso exclusivo de verbas públicas leve a uma competição desleal. Na sua opinião, o financiamento público limitará as ações de campanha, diante das restrições financeiras impostas, mas quem contar com es-

paço na mídia vai sair na vantagem. “Quem a Rede Globo apoiar terá superexposição, enquanto os demais candidatos estarão engessados pelo financiamento público”, disse.

Preocupado com o crescimento no número de infrações eleitorais, algumas vinculadas à “simples” pichação do nome do candidato em áreas públicas, Alberto Silva recomendou que a reforma política restrinja o poder da Justiça Eleitoral de tornar o candidato réu e aplicar multas extorsivas. “Isso é abuso de

poder e, além de atitude muitas vezes injusta, afasta os candidatos do processo político”, declarou.

Arruda considera a reforma política fundamental para aprimorar a democracia no país. Ele defende o financiamento público de campanha, a realização de programas eleitorais ao vivo e a proibição de se divulgar resultados de pesquisas de opinião 30 dias antes da eleição, alguns dos pontos fundamentais da reforma que também contam com o apoio de Maguito Vilela.

Simon sugere igual espaço na televisão

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lançou em Plenário a proposta de que, além dos índices de preferência atingidos pelos candidatos junto ao eleitorado, as pesquisas de opinião apresentem o número de vezes que cada candidato apareceu na imprensa nos 30 dias anteriores.

— Vai-se perceber que alguns apareceram muitas vezes, enquanto outros, nenhuma. Todos devem ter as mesmas oportunidades, caso contrário, quem vai fazer a campanha é a TV, como foi o caso do Collor

— argumentou Simon, em aparte ao senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Simon discordou de Roberto Requião (PMDB-PR), que o antecedeu, quanto ao financiamento público de campanha. Para o senador gaúcho, as campanhas custeadas com dinheiro público podem garantir maior moralida-



Simon: resultados de pesquisas devem mostrar presença dos candidatos na mídia

de nas disputas.

— Na Alemanha, que é uma das capitais do capitalismo, só pode ser usado dinheiro público — afirmou Simon, lembrando que o ex-chanceler Helmut Kohl foi condenado pelo uso de caixa dois em campanhas eleitorais e “é um homem desmoralizado, sujeito até a ir para a cadeia”.

Mauro busca solução para mutuários em dificuldades

Em companhia de Iris Rezende e Maguito Vilela, senador foi ao presidente da CEF tentar redução do valor de prestações da casa própria

O alto índice de inadimplência de uma parte das famílias goianas que aderiram ao Programa de Ação Imediata da Habitação (PAIH) levou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a reunir-se com o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, para tentar a



Mauro: prestações transformaram-se em pesadelo

redução do valor das prestações dos mutuários e do saldo devedor. Segundo Mauro Miranda, que registrou em Plenário, ontem, o encontro, os técnicos da Caixa deverão apresentar uma solução para o problema nos próximos dias.

Iniciado no começo dos anos 90, o programa beneficiou cerca de 340 mil famílias em todo o país

e 10 mil somente no estado de Goiás. O parlamentar afirmou que 50% dos mutuários goianos não têm como arcar com o alto custo das prestações. O senador também destacou o fato de que 20% desses mutuários já foram despejados.

Como as famílias contempladas pelo PAIH são compostas por pessoas de baixa renda, as prestações, que em muitos casos são superiores a R\$ 100, “transformaram-se em pesadelo para os mutuários”, afirmou Mauro Miranda. O senador entende que, com uma nova avaliação, o valor dessas prestações pode cair para uma média de R\$ 33.

O senador relatou o caso de um desempregado paraplégico que, sem poder pagar as prestações, perdeu a sua casa. De acordo com o parlamentar, o episódio teve repercussão nacional ao ser veiculado pelo *Programa do Ratinho*, do SBT. Para Mauro Miranda, com esse caso, ficou clara a insensibilidade do Poder Judiciário, que “não pode manter-se tão distante da realidade que aflige o povo”.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) – que, juntamente com o senador Iris Rezende (PMDB-GO), também esteve no encontro com o presidente da Caixa – afirmou que muitos mutuários já pagaram o correspondente ao valor dos seus imóveis, mas por causa dos juros extorsivos continuam devendo uma outra casa.

Maria do Carmo destaca potencial da fruticultura

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) destacou a importância da 1ª Feira Internacional de Frutas, Derivados e Afins, que se encerrou ontem, em São Paulo, e cobrou medidas da União para que o Brasil, que é o segundo maior produtor mundial de frutas, deixe de ocupar uma posição “de pouca estatura” no que se refere à exportação desses produtos.

– Essa feira tem o apoio do Pró-Frutas (Programa Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura), visando melhorar a qualidade dos

produtos da fruticultura brasileira e a competitividade do setor com vistas ao mercado externo, que no ano passado movimentou, segundo a FAO, quase US\$ 22 bilhões – disse.

De acordo com a senadora, o Brasil produz cerca de 34 milhões de toneladas de frutas, das quais apenas 1,5% é exportado. Ela disse ainda que o país tem potencial para aumentar consideravelmente a produção da fruticultura irrigada. Na avaliação de Maria do Carmo, a 1ª Feira Internacional de



Maria do Carmo resalta vantagens da fruticultura

Frutas, Derivados e Afins é uma boa oportunidade para chamar a atenção dos governos, dos empresários e dos pequenos produtores para as grandes vantagens econômicas da fruticultura.

A senadora fez um apelo ao governador de Sergipe para que “desperte para a grande importância de apoiar a fruticultura no estado, especialmente a citricultura”.

Machado aplaude indicação de Ubiratan Aguiar para o TCU

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), aplaudiu a indicação do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, aprovada ontem. Ele foi indicado pela Câmara dos Deputados e confirmado pelo Senado.

Segundo Machado, o novo ministro levará para o TCU sua experiência de político que nunca ficou confinado em gabinetes, mas trabalhou

ligado à realidade brasileira. O senador acrescentou que Aguiar é um “homem de paixão que defende, sempre com ardor, seus ideais e as boas causas em que acredita”.

Machado reafirmou a convicção de seu partido, o PSDB, de que o TCU precisa ser fortalecido para fiscalizar, de forma cada vez mais eficiente, o emprego das verbas públicas. “Não se podem permitir quaisquer desvios ou malversação



Machado: não se podem permitir desvios

de recursos governamentais, já tão parcos”, observou. O senador manifestou sua certeza de que Ubiratan Aguiar saberá desempenhar bem esse papel fiscalizador, “trabalhando pelo partido e pelo bem do Brasil”.

Eduardo: redivisão do país acelera o desenvolvimento

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendeu ontem a redivisão do território brasileiro mediante a criação de estados, e discordou da ideia de se constituírem novos territórios, sobretudo na região amazônica. Ele sustentou que a criação de estados é muito melhor para o país, com o governo federal concedendo a autonomia administrativa a essas novas unidades federativas e o direito às populações locais de elegerem seus representantes.



Eduardo defende a criação de estados, e não de territórios

Eduardo Siqueira Campos citou os resultados obtidos pelo Tocantins, que, segundo ele, depois de elevado à condição de estado, soube ocupar racionalmente uma região que antes era abandonada e hoje constitui exemplo de desenvolvimento na região Norte.

– O Tocantins não tem dívida mobiliária, não tem banco falido, cumpre rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Camata, como também todas as outras legislações que servem para analisar o contexto administrativo e econômico do nosso

estado – afirmou.

Já a criação de um território, explicou o parlamentar, implica a tutela do governo federal, com governadores nomeados, e grande ônus para a manutenção do território e o pagamento de funcionários. “O Brasil não pode incorrer mais

nesse erro”, disse.

Eduardo Siqueira Campos forneceu ainda dados sobre a atual ocupação do espaço geográfico nacional para justificar a necessidade de criação de estados, principalmente na Amazônia. Ele informou que 80% da população brasileira ocupa o Sudeste litorâneo, e 90% do Orçamento da União é aplicado na mesma região, enquanto os outros dois terços do território nacional, onde estão as maiores riquezas do país, encontram-se literalmente desocupados.

– Quero colocar minha posição firme a favor da redivisão territorial do país, nunca sob a condição de territórios e, sim, através da criação de estados – concluiu Eduardo Siqueira Campos.

Para Hugo Napoleão, a Sudene deve ser mantida

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) defendeu ontem a preservação e a manutenção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como autarquia de fomento da região nordestina. Ele sustentou que, se há irregularidades sendo investigadas



Hugo Napoleão: hora é de preservar e defender a Sudene

em órgãos similares, “isso não é motivo para que a Sudene também as tenha”.

– Pode até ser que haja problemas, porém não de uma maneira escandalosa ou perigosa. Devemos lutar pela defesa da autarquia em favor do Nordeste e em favor do Brasil – acrescentou o parlamentar.

Hugo Napoleão explicou que, desde os anos 70, apesar de terem sido apontados na Sudene uma má condução da política de

incentivos fiscais, uma distribuição espacial de benefícios equivocada entre os estados, um enfoque errado na venda e recompra de ações das sociedades anônimas de capital autorizado e projetos não executados e não fiscalizados, a autarquia, como um todo,

“sempre foi uma entidade que visa ao bem-estar da região”.

O senador lembrou que políticos importantes como o vice-presidente da República, Marco Maciel, e o próprio senador Edison Lobão (PFL-MA), que presidia a sessão de ontem, levantaram recentemente suas vozes para defender arduamente a preservação da autarquia. “Mesmo com essas nuances de altos e baixos, a hora é de preservar e defender a Sudene”, salientou Hugo Napoleão.